

TÍTULO - ATUAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA ESPIRITOSSANTENSE

Leandro da Silva Lunz

RESUMO

O presente artigo busca analisar a participação política de Myrthes Bevilacqua Corradi no Congresso Nacional e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período entre os anos de 1982 a 2018. Procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Ao mesmo tempo, pretendemos desconstruir a ideia, durante o período estudado, de que caberia à mulher o papel social reservado ao campo privado, compreendendo, assim, as identidades sociais construídas sob a ótica patriarcal. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos de que forma a participação e a atuação delas representaram os interesses sociais das mulheres, descrevendo sobre quais foram as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. O exercício desse resgate teve como suporte metodológico principal a História Oral, através de entrevistas e leituras das proposições. Deste modo, articulamos a análise aos debates contemporâneos sobre a participação política, de um lado, e de história de mulheres, feminismo e relações de gênero, de outro.

Palavras-chaves: Mulheres; Atuação Política; Espírito Santo;

TITLE – WOMEN’S PERFORMANCE IN ESPIRITOSANTOS’S POLITICS

SUMMARY

This article seeks to analyze the political participation of Myrthes Bevilacqua Corradi in the National Congress and Luzia Alves Toledo the Senate and the Legislative Assembly of Espírito Santo, during the corresponding period from 1982 to 2018. With this research, we seek to reconstruct the political trajectory of these women and their contributions in a field of performance predominantly characterized by male power. At the same time, we intend to deconstruct the idea, during the period studied, that women would have the social role reserved for the private field, thus understanding the social identities built from the patriarchal point of view. Thus, we rescued the history of female participation in politics and investigated

how their participation and performance represented the social interests of women, describing the circumstances that made it difficult for women to enter and perform in institutionalized politics in Brazil. main focus is the case of the State of Espírito Santo. The exercise of this rescue had as main methodological support the Oral History, through interviews and readings of the propositions. In this way, we articulate the analysis to contemporary debates on political participation, on the one hand, and on the history of women, feminism and gender relations, on the other.

Keywords: Historical account; Women; Subject;

1 – Introdução

Ao longo do desenvolvimento da história ocidental se estruturou um modelo de convívio social que valorizava os feitos masculinos e excluía a participação feminina dos feitos políticos. Esse modelo excludente posicionou as mulheres em um papel de menor importância ou de quase invisibilidade na vida política. Durante o século XIX, a institucionalização da história, fez com que as mulheres fossem afastadas da historiografia, pois à pesquisa documental oficial neste período excluía o sexo feminino. De forma geral os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo e deste modo é possível compreender o porquê da produção historiográfica relegar às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

De acordo com Perrot¹, existe uma visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, fundamentada na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o "dever" do cuidado do espaço privado. Em virtude disso foi criada a

¹ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).

representação simbólica da mulher, como esposa-mãe-dona-de-casa e conseqüentemente a atuação política tornou-se um campo pouco frequentado pelo público feminino.

Foi a partir das últimas décadas do século XX, que emergiu uma Nova História Cultural e também o retorno de uma Nova História Política, na qual grande parte dos historiadores debruçaram seus esforços e estudos. Pode-se dizer que as diversas correntes historiográficas no âmbito da História Cultural desenvolveram um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento como a Antropologia, psicologia, linguística ou a ciência política modificando a perspectiva de análise do percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios, como mencionou Cerutti².

A História da Política Brasileira foi marcada por inúmeras manifestações sociais e reivindicações pela participação política e apesar disso, pouquíssimas mulheres foram eleitas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país. É importante destacar que há mais de 80 anos as mulheres obtiveram o direito de manifestarem seu papel como cidadãs brasileiras a partir do voto³. Neste mesmo período a primeira mulher é eleita para a representatividade política na Câmara dos Deputados⁴ no Brasil, sendo também a primeira mulher eleita no contexto latino americano. No entanto a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político são caracterizados por avanços e retrocessos. As dificuldades históricas e sociais são pertinentes ao processo de inserção feminina na política, não obstante em uma sociedade historicamente de raízes patriarcais e na qual predominantemente a política se limitava a um tema masculino, as mulheres tem gradativamente conquistado um espaço que oportunize a participação e a representação política feminina.

Para Bourdieu⁵ o homem foi privilegiado nas relações sociais, assumindo uma condição de poder, sendo traduzido na dominação masculina e, com base nesse poder, o homem passou a impor suas vontades. O desenvolvimento dessas ações foi possibilitando a criação de uma cultura patriarcal relacionada ao machismo e a desigualdade de gênero. Saffioti⁶ afirma que

² CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998, p. 233-242.

³ Em 1930 o voto da mulher era facultativo enquanto o voto masculino era obrigatório (AZEVEDO; RABAT, 2011. p.32).

⁴ A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (AZEVEDO; RABAT, 2011.p.17).

⁵ BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 51.

⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

essa configuração cultural visa à manutenção das estruturas de poder que naturalizam os papéis definidos para os homens e mulheres, subjugando e expondo às mulheres a um papel de menor relevância social. O exercício do poder patriarcal utilizou-se do espaço público para a validação e legitimação do poder político e na análise de Chartier⁷ as representações dos papéis desempenhados por homens e mulheres, possibilitam as relações de dominação. O autor cita como a dominação masculina sobre a mulher, apresenta uma tendência de ser manifestada por uma série de dispositivos (definição de papéis sexuais, divisão das tarefas, exclusão das esferas públicas, entre outros) que buscam garantir que as mulheres aceitem as representações dominantes da diferença entre os sexos, e assim contribuam para a própria subordinação.

Sendo assim, apesar da busca pela extensão de maior participação política, as mulheres encontravam-se envoltas em um estado de exclusão e discriminação social, enquanto os homens usufruíam das benesses do mundo político. Nessa perspectiva Bourdieu⁸ afirma que a função política torna-se um instrumento de imposição ou legitimação de uma classe sobre outra e isso se configura como uma forma de violência simbólica. O sistema político brasileiro se caracteriza por criar um estado de exclusão e discriminação social, pautado na ideia de superioridade masculina, e assim o desenvolvimento da vida política toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados genuinamente masculinos. Pinto⁹ enfatiza que houve diversas mudanças importantes no Brasil no que diz respeito à relação das mulheres com o mundo público, principalmente na segunda metade do século XX, entretanto, a presença das mulheres em cargos eletivos encontra-se ainda distante de um quadro de igualdade de participação entre os gêneros, evidenciando assim uma participação política feminina bem abaixo de um ideal.

1.1 Mulheres no exercício político espíritossantense – 1982 - 2018

As mulheres que buscaram participação na política espíritossantense enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais que são inerentes ao processo de incorporação feminina na política brasileira, para Costacurta¹⁰ estas dificuldades ocorrem em virtude da vinculação histórica de uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita

⁷CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990

⁸BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2000.

⁹PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

¹⁰COSTACURTA, Mayara Spinace Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

a um assunto masculino e muito vagarosamente foi sendo conquistado o direito à participação e a representação política por parte das mulheres. Ainda de acordo com a autora, o campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, além de que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade e que limitam o acesso feminino às esferas do poder político.

Para Souza¹¹ que descreve a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História política das mulheres no Espírito Santo, apresenta uma descrição sobre a trajetória política e pessoal da vida da professora, advogada e ex-deputada federal Myrthes Bevilacqua Corradi. Nascida em Vitória no estado do Espírito Santo no dia 03 de fevereiro de 1939, era a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua e tinha mais cinco irmãos. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e de volta ao Espírito Santo estudou na Escola Normal Pedro II que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz obtendo o diploma de normalista. Iniciou sua carreira como professora particular que atendia nas residências da cidade de Vitória. Com o passar do tempo passou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que por meio de um concurso público, sendo aprovada, tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Ainda de acordo com Souza¹² sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo esta função por alguns anos o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) integrando o Centro Acadêmico, local que pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo, em 1999. Neste período, como estudante chegou a participar da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes. E, apesar de concluir o curso de Direito não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi durante o contexto da ditadura militar que a professora Myrthes se mobilizou

¹¹ SOUZA, Dayane Santos de. Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

¹² SOUZA, 2014.p.153.

politicamente, associando-se a União dos Professores Primários do Espírito Santo¹³ (UPPES) entidade de organização dos professores primários no estado, foi convidada para compor seu Conselho e de acordo com Damartini¹⁴ sua militância pelos direitos dos professores, criou as condições para que Myrthes fosse escolhida presidenta da instituição exercendo a função por dois mandatos de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981. É enfatizado por Damartini¹⁵ que o contexto político da ditadura militar vivido no período de sua gestão à frente da UPES e sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba, fez com que Myrthes fosse taxada de subversiva por Edson Machado, líder do governo Élcio Álvares na Assembleia Legislativa, sendo criado pela Polícia Política Capixaba um dossiê individual com 147 páginas de documentos.

Fagundes e Angelo¹⁶ explicam que a estrutura repressiva que foi criada Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos. A chegada de Myrthes na UPES, segundo Soares¹⁷, trouxe uma profissionalização ao magistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação a atuação do magistério fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma Damartini¹⁸ as visitas realizadas pelo interior do Estado, permitiu que a presidente apresentasse ao magistério uma nova entidade mais próxima e atenta às demandas dos professores, e assim sendo legitimada como um canal de diálogo entre os educadores e o governo. Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba manteve estreito diálogo com outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da

¹³ No ano de 1979 a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

¹⁴ DAMARTINI, Márcio Gomes, A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973- 1981)– 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

¹⁵ DAMARTINI, 2016.p.71.

¹⁶ FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: O Estado do Espírito Santo e a Ditadura. Vitória: GM Editora, 2014.

¹⁷ SOARES, Renato Viana. Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995) . Vitória: ITB, 2005.

¹⁸ DAMARTINI 2016.p. 117.

organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilacqua Corradi.

Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores foi quem levou a maior delegação ao encontro reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Em virtude do tamanho alcançado e grau de politização e mobilização, a categoria foi pioneira nos movimentos grevistas dos funcionários públicos, abrindo espaço para as manifestações que iriam parar o Estado na década de 1980. A categoria participou de vários eventos importantes como na campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo e comemorações do Dia do Trabalhador. Damartini¹⁹ destaca que a publicação do caderno especial²⁰ em 28 de outubro de 1980 pelo Jornal A Tribuna, intitulado de: “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sendo sua atuação e importância reconhecida não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política, comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.

Souza²¹ descreve que o trabalho realizado ao longo dos oito anos em que esteve à frente da União dos Professores, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a se respeitada e capaz de mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria que nasceu da classe média. Ainda nas palavras da autora, foi a atuação a frente da UPES que deu as condições para a impulsão e fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilacqua à Câmara dos Deputados em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e conseqüentemente de sua eleição, fazendo com que se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando em um cenário composto majoritariamente pelo gênero masculino.

A presença de mulheres na política do Espírito Santo, também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo. Souza²² destaca a sua trajetória e atuação como membro do poder legislativo. Nascida em 05 de janeiro de 1942 no município de Mimoso do Sul, Espírito

¹⁹ DAMARTINI, 2016.p. 148.

²⁰ A Tribuna. 28/10/1980. P. 215 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

²¹ SOUZA, 2014. p. 157.

²² SOUZA 2014. p. 199;

Santo, filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai e sua mãe sem condições financeiras para oferecer uma vida com condições e oportunidades permitiu que sua filha fosse criada pelo então Prefeito da cidade de Mimoso do Sul Rubens Rangel, e por sua esposa Helena Di Giorgio Rangel

Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, lócus em que passou a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. cursou o ensino médio no Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi na cidade de Mimoso, sendo inclusive professora da instituição e posteriormente diretora do colégio. Ainda como descreve Souza²³, Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi uma das colaboradoras para a fundação do Partido no Espírito Santo em 1988. Como membro integrante do partido Luzia Alves Toledo desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; 1ª vice-presidenta da Executiva Regional; sendo escolhida a presidência da sigla na 3ª Convenção do Partido. Como presidente do partido Luzia Alves Toledo incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos, sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buaiz (1995-1999), pediu afastamento para comandar a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996 concorre como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, e com a eleição da chapa Luzia Alves Toledo assume o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda filiada ao PSDB foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e no ano de 1999 entra para a História política do Estado como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo ao assumir vaga de José Ignácio que abdicou do cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como Senadora, Luzia Alves Toledo se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou pouco menos de um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, apresentou cerca de sessenta e duas

²³SOUZA 2014. p.199.

proposições²⁴.

A convite do Governador José Ignácio, abdica do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em diversas pastas, permitiu a Luzia Alves Toledo colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata a deputada estadual na ALES, porém apesar de alcançar uma votação expressiva acima de dezesseis mil votos, não foi eleita e ficou como primeira suplente. Dois anos após a eleição, com a saída do Titular Gilson Amaro que havia sido eleito prefeito de Santa Tereza, assumirá a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa Luzia Toledo foi reeleita por mais três mandatos (2006 – 2010, 2010 - 2014 e 2014 - 2018) dando ênfase na sua atuação às questões sociais, desenvolvendo diversos projetos de leis, dedicados em especial ao atendimento das demandas das mulheres capixabas,



Foto 1: Luzia Toledo em pronunciamento na Tribuna da Assembleia (Foto Divulgação/Ales). Fonte: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158> Acesso em 22 de janeiro de 2017.

²⁴ Fonte Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 17 de janeiro de 2018;

Miguel e Biroli²⁵ descrevem que o direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a promulgação do Decreto nº 21.076, ocorrido no governo de Vargas em 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certa condição, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuíssem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período foi eleita Carlota de Queirós²⁶ a primeira representante mulher para a Câmara dos Deputados no Brasil e também a primeira no contexto latino americano. Ainda de acordo com Miguel e Biroli²⁷ a história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a garantir o direito de voto às mulheres, entretanto somente em 1946 o direito ao voto para ambos os sexos foi equiparado.

No Brasil é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisão do que os homens e conseqüentemente exercem menos autoridades e menos poder político. Miguel e Biroli²⁸ afirmam que pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, Azevedo e Rabat²⁹, apresentam uma informação bastante significativa. De acordo com os autores no período que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Somente após o ano de 1986 que as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo, apesar disso na maioria destes espaços o número de mulheres eleitas está abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço com portas tão estreitas. A trajetória política destas mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar estas barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço

²⁵ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

²⁶ Sobre Carlota de Queiros ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. Plenarium, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, nov. 2004.

²⁷ MIGUEL e BIROLI, 2011. p.106.

²⁸ MIGUEL E BIROLI, 2011.p.124.

²⁹ AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2011.

político por algumas mulheres demonstram que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

A atuação política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições, encontrando-se presente nas diversas relações que são desenvolvidas entre os indivíduos o que consequentemente inclui as existentes entre homens e mulheres. Barreto³⁰ destaca que no Livro “A mulher na História do Espírito Santo” da professora Maria Stella de Novaes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em ocupar um espaço acadêmico, literário e político no Espírito Santo já fazia parte da preocupação da escritora. As mulheres que conseguiram participar de movimentos político no início do século XX eram em sua maioria formadas pela Escola Normal, que no período era a única oportunidade de formação escolar permitida às mulheres.

É importante destacar que antes da atuação no poder legislativo da Professora Myrthes Bevilacqua e da advogada Luzia Toledo, outras mulheres iniciaram este caminho e ousaram desafiar a ordem política vigente no Espírito Santo caracterizada pelo predomínio de uma participação majoritariamente masculina. A história da emancipação política das mulheres no Espírito Santo começa com Emiliana Vianna Emery (1874-1957) que de acordo com Pacheco³¹ foi a primeira eleitora capixaba e a terceira eleitora do Brasil, sendo inclusive felicitada por Bertha Lutz uma das pioneiras do feminismo no Brasil. O livro “Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”, de Schumacher e Brazil³², apresenta um histórico de Emiliana Vianna Valery, nascida na Freguesia do Veado, localidade pertencente ao município de Alegre, casando-se muito jovem aos 13 anos de idade. Tornou-se viúva ainda na juventude com sete filhos que ficaram sob sua responsabilidade, fato este que a impulsionou a desenvolver atividades que não eram da “natureza feminina”. Schumacher e Brazil³³, descrevem que a construção de uma ferrovia próxima ao vilarejo onde residia, oportunizou que Emiliana desenvolvesse diversas atividades comerciais e políticas na região. Para poder atender a demanda gerada pela construção da ferrovia, construiu um forno para assar pães e junto com seus filhos passou a vender café, leite e pão aos trabalhadores. Tornou-

³⁰BARRETO, Sônia Maria da Costa. A ESCOLA NORMAL D. PEDRO II E A NORMALISTA CAPIXABA NOS ANOS 1920. Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p.116.

³¹RENATO, Pacheco. As primeiras eleitoras do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n. 41, 1991.

³²SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

³³SCHUMACHER E BRAZIL, 2000, P 201.

se também uma costureira e passou a prestar este serviço aos locais, pois apesar de outras mulheres saberem costurar nenhuma costurava para estes homens. Com a conclusão das obras passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Ao final da década de 20 do século XX ela já possuía uma fábrica de doces e um hotel, se destacando como uma empresária próspera.

Emiliana Vianna Emery apresentou grande protagonismo na vida política da vila sendo uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veado, atualmente denominada de Guaçuí. Também teve participação na construção da Igreja na vila como da vinda e estabelecimento de um padre para a localidade, sendo de acordo com Schumacher e Brazil³⁴ a responsável pela coleta das assinaturas do abaixo assinado, exigido pelo bispo ao qual a Paróquia estaria jurisdicionada, para que fosse autorizada a sagração da igreja. Imbuída da ideia que somente através do voto poderia modificar o panorama de desigualdades ao qual estava envolta, requereu o direito de votar ao juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. Schumacher e Brazil³⁵ afirmam que em 15 de julho de 1929, em uma sentença histórica o magistrado deferiu o pedido de Emiliana que se tornou a primeira eleitora do Estado do Espírito Santo.



Foto 2- Emiliana Vianna Emery, a primeira eleitora do Brasil – Revista “O Cruzeiro” junho de 1950 (Foto de Fosé Medeiros).

³⁴ SCHUMACHER E BRAZIL, 2000, P 201.

³⁵ SCHUMACHER E BRAZIL, 2000, P 202.

A atuação de Emiliana Emery na política local a colocou em uma posição de vanguarda no Estado do Espírito Santo e até mesmo no Brasil. Conforme descrevem Schumacher e Brazil Emiliana foi escolhida como presidente de honra da UDN (União Democrática Nacional), partido antigetulista que ganhou a sua adesão após a implantação do Estado Novo feita no governo Vargas. É a capixaba com maior notoriedade de que se tem notícia em termos de participação política até meados do século XX. Emiliana Vianna Emery contribuiu enormemente para a subversão do papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. No ano de 1957 com 83 anos de idade veio a óbito, porém seus feitos memoráveis permanecem bastante visíveis e são exemplos de como mulher e política podem caminhar alinhadas. Em 1992, foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis.

Souza³⁶ destaca a atuação de outra pioneira na política espírito-santense, Judith Leão Castello Ribeiro, que foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Nasceu em 31 de agosto de 1898 no município da Serra, filha da união de duas famílias de origem portuguesa, sua mãe Maria Grata Leão Castello e seu pai João Dalmácio Castello. Sua vida escolar foi iniciada na escola primária do município de Serra e depois fez o exame de admissão e ingressou no Colégio do Carmo conquistando o diploma do Curso Normal o que lhe permitiu começar a atuar como professora ainda bem jovem no Ginásio São Vicente de Paulo. Em 1932, de acordo com Ribeiro³⁷, assume a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, exercendo esta função até 1963 quando se aposenta. Voltou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo até 1974, quando se aposenta definitivamente. Ao longo de sua carreira como professora, ministrou vários cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como Geografia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, entre outras. Judith era de uma família influente na política local, especificamente no município de Serra, Souza³⁸ descreve que seu irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, foi prefeito da cidade entre 1947 e 1951. Casada com Talma Rodrigues Ribeiro, que também foi prefeito da Serra no período de 1945 a 1946, permaneceram juntos até o dia da morte do esposo no ano de 1982. O casal não teve filhos, mas ajudaram a cuidar dos sobrinhos e também de várias outras crianças carentes da cidade. No ano de 1934 decide adentrar o espaço da política formal como candidata à Assembleia Legislativa. O fato de discordar do regime de Interventoria que vigorava no Estado, fez com que sua candidatura fosse avulsa a qualquer partido político, já que de acordo

³⁶ SOUZA, 2014, P.107.

³⁷ RIBEIRO, Judith Leão Castello. Presença. Vitória, ES, 1980.

³⁸ SOUZA, 2014, P 109

com o sistema vigente a legenda partidária não era obrigatória. Foi a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras mulheres Brasil, a concorrer em um pleito eleitoral, porém não foi eleita neste pleito.

No ano de 1947, Judith novamente concorreu a eleição para uma vaga na Assembleia pelo Partido Social Democrático (PSD-ES), juntamente com Maria Frechiani do Partido da Representação Popular (PRP-ES) e Bráulia Barbosa dos Santos do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES). Judith recebeu 1.170 votos de um total de 27.528 eleitores no Estado (4,25% do eleitorado) tornando-se a primeira mulher do Espírito Santo a ocupar uma cadeira de deputada na Assembleia Legislativa³⁹. Em seu discurso de posse no Teatro Glória, em Vitória, Almeida⁴⁰ destaca que a deputada ressaltou a importância da participação das mulheres na vida pública. Judith exerceu quatro mandatos consecutivos como deputada estadual, sendo em todos escolhida pelo voto popular. No ano de 1962 não obteve a votação necessária e ficou como suplente e encerrou sua carreira política no ano de 1965 aos 65 anos de idade. Durante quase duas décadas Judith⁴¹ foi a única mulher em cargo político no Estado do Espírito Santo. Ainda de acordo com Almeida⁴², como deputada ocupou, ininterruptamente, a presidência da Comissão de Educação da Casa e apresentou centenas de projetos, destinando diversas emendas para construção de escolas e hospitais no interior do estado. A lei estadual nº 915/1954 concedendo o direito de quatro meses de licença maternidade a mulheres servidoras públicas foi de sua autoria.

No ano de 1949 fundou a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras sendo eleita a primeira Presidente da diretoria e, em 1981, foi a primeira mulher a compor a Academia Espíritossantense de Letras. Sua participação na vida pública foi marcada por atuações em diversas instituições, como a Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e a Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Mesmo com muitos compromissos públicos, Judith ainda escrevia periodicamente para o Jornal “Diário da Manhã” e para as revistas “Revista da Educação”, “Vida Capixaba”, “Revista do DSP” e “Canaã”, a maioria do Estado

³⁹ Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

⁴⁰ ALMEIDA, Simone Patrocínio de. A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000). 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

⁴¹ Ver documentário: JUDITH: A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia. Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010.

⁴² Almeida, 2013, P 58.

do Espírito Santo⁴³. No ano de 1980 teve uma coletânea com vários de seus textos e crônicas publicados como um livro intitulado *Presença*. Judith realizou conquistas importantes quando levado em consideração a sociedade da época e a visão da política como um ambiente masculino e machista.



Foto 3 - Judith L. C. Ribeiro No dia em que recebeu a Comenda Jerônimo Monteiro, Judth Leão Castelo Ribeiro, entre o ex-governador e Sra. Carlos Lindenberg Fonte: **Jornal A Gazeta - Caderno Semanário, 18/03/1979**

Souza⁴⁴, afirma que Judith desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública, tendo sido uma mulher muito ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação que lhe serviram como base em sua atuação política. Embora nunca tenha assumido identificação com as organizações feministas, o seu “fazer” político apresentou proximidades com as ideias do feminismo liberal que vigorou no início do século XX.

⁴³ Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

⁴⁴ SOUZA, 2014, p. 110.

Almeida⁴⁵ afirma que a partir da eleição da professora Myrthes as portas do Congresso Nacional foram abertas para as capixabas. Embora tenha exercido apenas um mandato no Congresso, desenvolveu uma participação importante em diversas atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público.



Foto 4 - Myrthes Bevilacqua durante entrevista concedida para a TV Assembleia no ano de 2011;

Ao descrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História política das mulheres espiritosantense, é importante destacar o pensamento de Perrot⁴⁶ que afirma que em diversas sociedades o silêncio e invisibilidade das mulheres fazem parte da ordem social, e foram mulheres como a Professora Myrthes Bevilacqua Corradi, a advogada Luzia Alves Toledo, Emiliana Vianna Emery e Judith Leão que ousaram romper com os padrões pré-determinados. Ato de coragem manifestos por essas mulheres tornaram possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e consequentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

⁴⁵ ALMEIDA, 2013, p.61)

⁴⁶ PERROT, 2012.

4 – Considerações Finais

A busca pela igualdade entre as mulheres e homens tem se constituído como objetivos que norteiam instituições e órgãos que baseiam suas ações em um ideal de construção de uma sociedade de fato democrática. E apesar desses direitos e garantias serem constitucionalmente assegurados a todas as pessoas, é notório que as desigualdades persistem e quando se trata do exercício político atingem de forma impactante o público feminino. Ao longo da história é possível observar avanços importantes das mulheres em diversos campos sociais que se estendem desde a escolarização até a participação efetiva no mercado de trabalho e inegavelmente essa conjuntura tem contribuído na consolidação da democracia brasileira.

A participação feminina nos espaços de poder apresenta um crescimento lento quando comparado ao público masculino e tal situação está atrelada em grande parte ao fato das construções sociais relacionadas ao exercício do papel feminino e papel masculino. A dicotomia na qual estão inclusos esse papéis sociais tradicionais de gênero que determinam o espaço de atuação feminina e da atuação masculina, criam barreiras quase intransponíveis e solidifica esse distanciamento do mundo do poder político por parte das mulheres.

As mulheres espiritosantenses apresentadas nessa pesquisa desenvolveram uma existência no mundo político e lutaram para construir um espaço de participação e atuação em um universo predominantemente masculino. É indubitável que para conseguir esse espaço de atuação política, precisaram romper com diversos estigmas existentes nas sociedades de cada época aqui descritas. Essas mulheres desafiaram a ordem social vigente e se colocaram a disposição da representatividade política, desenvolveram atos de coragem que comprovava ser possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e conseqüentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

É importante dá visibilidade a essas mulheres, descrever sobre suas experiências e desafios, pois essas lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. Desse modo, a escrita da história se apresenta com um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres desenvolveram um papel de protagonismo nos diversos contextos sociais vividos e nos *locus* de atuação política.

REFERENCIAS

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília , 2011.

ALMEIDA, Simone Patrocínio de. A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000). 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. A ESCOLA NORMAL D. PEDRO II E A NORMALISTA CAPIXABA NOS ANOS 1920. Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p.116.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 51.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2000.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990

CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998, p. 233-242.

COSTACURTA, Mayara Spinace Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

DAMARTINI, Márcio Gomes, A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973- 1981)– 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: O Estado do Espírito Santo e a Ditadura. Vitória: GM Editora, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).

PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

RENATO, Pacheco. As primeiras eleitoras do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n. 41, 1991.

RIBEIRO, Judith Leão Castello. Presença. Vitória, ES, 1980.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOARES, Renato Viana. Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995) . Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, Dayane Santos de. Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.